



EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Primeira derrota de Bia Kicis na CCJ

Na presidência da CCJ da Câmara, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) sofreu ontem a primeira derrota. Por 33 votos a 32, a comissão decidiu rejeitar proposta que estabelecia a possibilidade de impeachment de ministros do Supremo Federal Tribunal (STF) que usurpassem competência do Congresso Nacional. O parecer derrotado foi apresentado pela deputada Chris Tonietto (PSL-RJ) que destacou como exemplo de “ativismo político” decisões do Supremo, como a que descriminalizou o aborto no caso de fetos anencéfalos; a que liberou pesquisas com células-tronco; e a que reconheceu a união estável homoafetiva. Todos temas repudiados pelos bolsonaristas, sinal de que o enfoque seria de censura judicial. Certamente há temas bem mais controversos, fora da pauta de costumes, para se contrapor ao STF.

Inquéritos ilegais

Autora de projeto de teor semelhante anexado à proposta principal, Bia Kicis argumentou que o Supremo extrapola suas atribuições ao abrir determinados inquéritos contra deputados. “Deveríamos ter a solidariedade dos parlamentares quando veem colegas sendo injustamente investigados em inquéritos que não têm fundamento jurídico e que afrontam todos os direitos e garantias individuais e do devido processo legal”, afirmou Kicis.

Linha-dura

Dois juízes linha-dura foram promovidos a desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT): Luis Gustavo Barbosa de Oliveira e Alvaro Ciarlini. Eles já vinham atuando como substitutos no segundo grau, mas agora foram efetivados. Ciarlini foi o juiz dos processos na esfera cível da Operação Caixa de Pandora e condenou, com celeridade, vários políticos. Luis Gustavo foi policial federal, promotor de Justiça e juiz da Vara de Entorpecentes, considerado rigoroso.

Ed Alves/CB/D.A Press



MPDFT pode perder assento no CNMP

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) está prestes a perder um assento cativo no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade de proposta de emenda à Constituição que altera as regras de composição no órgão responsável pelo controle externo da atuação de promotores e procuradores. A proposta prevê a redução — de quatro para três — do número de membros do CNMP oriundos do Ministério Público da União, que serão provenientes do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Militar, deixando, assim, de assegurar a representação do MPDFT. Eles terão de concorrer a uma das três vagas que a PEC destina a representantes dos Ministérios Públicos dos estados ou do Distrito Federal. A articulação é liderada pela presidente da CCJ, Bia Kicis (PSL-DF).

MPDFT/Divulgação



Nomeações engavetadas

Na prática, o MPDFT está sem representação no CNMP há um ano e meio. O promotor de Justiça Moacyr Rey Filho foi designado em novembro de 2019 pela procuradora-geral de Justiça do DF, Fabiana Costa, para a vaga do órgão, mas o Senado seguiu a nomeação. O nome dele foi aprovado por unanimidade depois de sabatina na CCJ, em março do ano passado, mas nunca foi submetido ao crivo do plenário. Estão na mesma situação a procuradora Ediene Lousado, ex-coordenadora do Gaeco na Bahia e o juiz Paulo Marcos de Farias, que atuou em processos da Lava-Jato no gabinete dos ministros Teori Zavascki e Edson Fachin. Após aprovação, eles seriam nomeados pelo presidente Jair Bolsonaro e empossados pelo presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Augusto Aras. Mas isso nunca aconteceu. Em vez de rejeitar nomes que poderiam contrariar interesses políticos, os senadores simplesmente engavetaram. Bem mais fácil.



À QUEIMA-ROUPA Deputada distrital Júlia Lucy (Novo)

O que você quis dizer nas redes sociais com a declaração de que quem tem padrinho político se livra de investigação policial?

Os agentes corruptos mancham as corporações de que fazem parte, aterrorizam as pessoas por meio de ameaças e violências físicas e provocam danos muitas vezes irreparáveis ao erário. Não podemos ser coniventes com nenhum tipo de situação de corrupção e temos sempre de investigar e punir quem comete esses crimes.

Essa ingerência política tem ocorrido no DF? Pode citar algum caso?

É notório que há casos de corrupção em quase toda administração pública, fato comprovado pelas inúmeras reportagens na imprensa, investigações nas corregedorias e processos administrativos disciplinares que existem nos mais diversos órgãos. Ontem (anteontem) mesmo, para citar apenas um entre inúmeros casos, este **Correio Braziliense** noticiou que funcionários do Detran superfaturavam contratos em até 1.400%. Fatos como esse acontecem com demasiada frequência, o que revolta a população e exige com que nós, parlamentares, tomemos medidas para fiscalizar e denunciar.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Acha que a PCDF está engessada por forças políticas?

Em nenhum momento do vídeo menciono a Polícia Civil ou qualquer Polícia de forma nominal. O que fiz foi apenas consternar uma indignação geral contra agentes públicos corruptos e o mal que a corrupção traz para a sociedade — sem citar nenhum órgão ou corporação. Tenho uma longa e profícua relação de respeito e de admiração pelas forças policiais, tanto é que pertenci aos quadros da Polícia Federal por anos e durante meu mandato tenho encaminhado emendas parlamentares e trabalhado firme para assegurar a saúde e os direitos dos agentes de segurança.

E o caso da administração regional do Gama? O servidor apanha por cobrar propina?

Não fiz nenhuma acusação ou menção específica a esse caso. Apenas me utilizei desse fato para consternar, de maneira geral, um sentimento de injustiça e impunidade que acontece em todo o País quanto a corruptos e corruptores. Espero e cobrarei que o poder público investigue a fundo essa situação.

O que está por trás disso?

Não sabemos ainda, mas espero que a nossa competente polícia e o poder público investiguem a fundo para que nada fique encoberto.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR...

O que está por trás dessa insistência de bolsonaristas com a cloroquina para tratamento de covid-19?

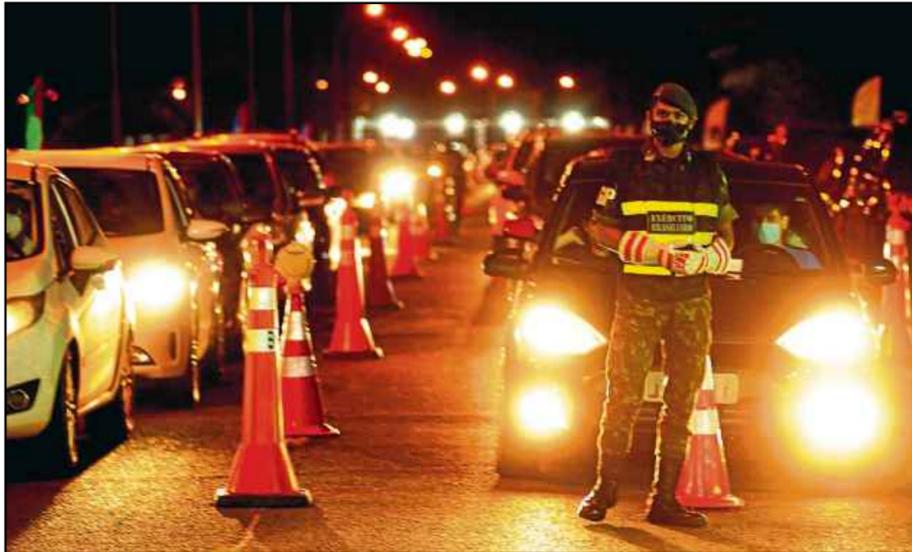
Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



A unidade de campanha do Gama foi liberada para funcionar. Estrutura tem 100 leitos de UCIs com ventilação mecânica. Investimento foi de R\$ 6,875.000. No DF, 478 mil pessoas receberam, até ontem, a 1ª dose dos imunizantes e 274 mil, a segunda

Novo hospital será entregue amanhã

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Na noite desta quarta-feira, houve aplicação de imunizantes, por drive-thru, no Setor Militar Urbano

» SAMARA SCHWINGEL

Amanhã, o primeiro dos três hospitais de campanha, construídos pelo Governo do Distrito Federal como forma de combate à pandemia de covid-19, deve começar a receber pacientes. A estrutura, instalada no Centro Olímpico do Gama, contará com 100 leitos de unidades de cuidados intermediários (UCIs) com ventilação mecânica, drogas vasoativas e diálise à beira leito, o que permite o atendimento a pacientes em estado grave. Ontem, os técnicos da Secretaria de Saúde realizaram uma vistoria na unidade e autorizaram o início dos atendimentos.

A previsão anterior era de que os hospitais de campanha abrissem as portas em 14 de abril. Porém, a unidade do Gama, com investimento de R\$ 6,875.000, será a primeira a entrar em funcionamento mais de 20 dias depois do primeiro prazo estabelecido. A expectativa da pasta é de que as outras duas unidades — no Autódromo Internacional Nelson Piquet, no Plano Piloto, e em Ceilândia, na Escola Parque Anísio

Teixeira — também comecem a receber pacientes nas próximas semanas. A data depende do andamento das vistorias realizadas por técnicos da secretaria para verificar se as estruturas e leitos atendem às especificações e se

estão em pleno funcionamento.

Atualmente, há 480 leitos de UTIs para o tratamento do coronavírus na rede pública, sendo que 84,75% está ocupado, 70 unidades estão livres e 21 bloqueadas aguardando liberação. Na re-

de privada, a ocupação é de 90,39%. Dos 375 leitos, 33 estão disponíveis e 40 bloqueados. Na fila por uma UTI, ontem, havia 136 pessoas, sendo 29 com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus.

O número de casos, de acordo com o último boletim epidemiológico da Secretaria de Saúde, chegou a 383.030, sendo que 799 foram notificados ontem. O DF acumula 7.978 mortes, 52 notificadas nas últimas 24h. A média móvel de casos na capital federal chegou a 900, 15,16% menor que o índice de 14 dias atrás. Já a mediana de mortes está em 37,14, menos 38 do que há 14 dias. A taxa de transmissão está em 0,95.

Vacinação continua

Ontem, a partir do meio-dia, as pessoas com comorbidades, de 55 a 59 anos, puderam realizar o agendamento para a vacinação contra a covid-19. Porém, pessoas relataram dificuldades em acessar o site. Segundo a Secretaria de Saúde, havia, inicialmente, apenas 29 mil vagas disponíveis, pois era o número de doses que estavam nas regiões de saúde. Ao longo do dia, a pasta distribuiu mais 30 mil doses, das 60 mil da AstraZeneca destinadas a esse público, e reabriu o agendamento. “Só abrimos as vagas quando as

doses estão nas unidades de saúde para sabermos para onde mandar os pacientes e termos segurança”, explicou a subsecretária de Planejamento em Saúde, Christiane Braga.

Até as 19h de ontem, segundo balanço da secretaria, 115 mil pessoas com comorbidades haviam se cadastrado no sistema e 29 mil agendado a aplicação da primeira dose (D1) para os próximos dias. A expectativa é que, amanhã, as pessoas com comorbidades e 59 anos comecem a receber os imunizantes. Até o fechamento desta edição, campanha havia vacinado 478 mil com a D1 e 274 mil com a D2. Ontem, 7.512 receberam a primeira dose e 4.297, o reforço.

Na terça-feira, a Secretaria de Saúde chegou a divulgar que puérperas com comorbidades estariam fora do primeiro grupo de vacinação. No entanto, no dia seguinte, a pasta corrigiu a informação e afirmou que tanto grávidas quanto puérperas portadoras de alguma comorbidade estavam incluídas na primeira etapa da vacinação e contempladas com as 10 mil vagas iniciais do agendamento.